

Pressões fazem Governo recuar

Sarney pode reduzir Comissão Constitucional a grupo

LUIZ MARQUES

Alguns ministros estão convencidos de que o governo não designará mais a comissão constitucional, em face das pressões que vem sofrendo o presidente da República para colocar um número exagerado de indicados por forças políticas de diferentes Estados para compor aquele grupo de trabalho.

Um ministro de Estado com trânsito junto ao presidente José Sarney informava, ontem, que existem mais de 150 nomes indicados para compor a comissão, o que a torna impraticável. Se o presidente da República resolver constituí-la, com o máximo de 30 membros, terá de preterir mais de 100 nomes e as forças políticas que os indicaram.

PEQUENA COMISSÃO

Segundo esse político é mais provável que Sarney venha a constituir, na intimidade do Palácio do Planalto, uma pequena comissão de juristas e técnicos de renome em outros setores — como economistas e sociólogos — para elaborar o anteprojeto da nova Constituição.

Lembrou o ministro que a preparação de esboços de anteprojeto pelo Poder Executivo é uma tradição na história política do País. E esse hábito não pode ser interpretado como uma "capitis diminutio" para a Assembleia Constituinte, uma vez que, em última instância, a esta caberá promulgar a nova Constituição.

— E promulgar — lembrou — significa que o Executivo não tem qualquer interferência na aprovação. A promulgação é feita pela Mesa do Congresso.

Uma decisão a respeito pode até sair hoje, com a chegada do jurista Afonso Arinos de Mello Franco a Brasília, para conversar com o presidente Sarney. Arinos é um dos mais cotados para presidir a comissão constitucional, se é que será convocada pelo Governo.

Pimenta acha prescindível

"Não me recordo de que o presidente José Sarney tenha firmado compromisso com as lideranças da Aliança Democrática no sentido de convocar a Comissão Constituinte", confirmou, ontem, o líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, a mesma suspeita de Ulysses Guimarães.

Pimenta reconheceu, contudo, que o ministro da Justiça, Fernando Lyra, entregou, em uma das reuniões do Conselho Político do Governo, um esboço da composição da Comissão. "Este é um assunto que diz respeito ao Executivo", ponderou Pimenta da Veiga.

Por outro lado, ele revêdo as críticas feitas pelo presidente da OAB, Herman Assis Baeta: "Eles não têm nenhuma razão para criticar a comissão, uma vez que também possuem um projeto de Constituição", argumenta.

Com relação ao projeto de convocação da Constituição, Pimenta reconheceu que está conversando com o deputado Gastone Righi, líder do PTB. "Ele me procurou e admitiu analisar outras opções que não a votação da sua emenda. Respondi que estou aberto às discussões".

O líder do governo ponderou, também, que a convocação da Constituição deve ser um ato conjunto de, pelo menos, dois poderes: o Executivo e o Legislativo. E adiantou que, realmente, a tendência é o envio de uma emenda pelo presidente José Sarney, que seria votada pelo Congresso.



Ulysses coloca em dúvida a intenção de Sarney de nomear a Comissão Constituinte

Ulysses não vê propósito claro

A dificuldade do presidente José Sarney em decidir se deve ou não criar a "Comissão Constituinte", que seria presidida pelo jurista Afonso Arinos, foi confirmada ontem por uma frase do presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães:

— Não tenho elementos para saber se o presidente José Sarney quer realmente criar essa comissão. Eu sei que o propósito é fazer um instrumento de convocação da Constituinte, que é complexo e precisa ser examinada — disse.

Ulysses fez o comentário a propósito de uma declaração do presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Herman Assis Baeta, considerando "um ato de autoritarismo conduzir a Constituinte através de uma comissão especial nomeada pelo Governo".

A frase de Ulysses contraria todos os entendimentos mantidos até aqui. O próprio José Sarney e o mi-

nistro da Justiça, Fernando Lyra, têm reiterado publicamente a intenção do Governo de convocar a tal Comissão Constituinte. Falou-se, inclusive, que ela seria presidida por Arinos e que teria por volta de 50 componentes. Este era, aliás, o desejo do presidente Tancredo Neves, segundo lembrou Lyra.

Ulysses confirmou, por outro lado, que prosseguem os entendimentos para a elaboração de uma emenda constitucional de convocação da Constituinte, que será encaminhada ao Congresso pelo presidente Sarney. Disse que Pimenta da Veiga, líder do governo na Câmara, tem conversado com os demais líderes partidários, inclusive com o do PTB, deputado Gastone Righi, autor de uma emenda que transforma o Congresso eleito em 15 de novembro de 86 em Constituinte.

Righi, por sua vez, mantém-se inarredável em seu propósito de tentar

aprovar a sua emenda, a despeito das intenções do Governo. A assessoria do deputado já preparou 40 cartazes, convocando os parlamentares para a votação do seu projeto, no dia 12 de junho. O próprio Gastone Righi ajudará seus colaboradores na tarefa de colar os cartazes pelos corredores do Congresso.

A exemplo do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, o deputado Ulysses Guimarães também está preocupado com a influência do poder econômico na eleição da Constituinte. "É preciso fazer tudo para evitar que grupos econômicos influenciem nesta eleição. Devemos nos preocupar também com as fraudes eleitorais", disse.

Com relação às fraudes, Ulysses entende que deve ser viabilizado um projeto elaborado pelo Serpro, que prevê o recadastramento de todos os eleitores do País. O projeto implica em gastos que giram em torno de Cr\$ 500 bilhões.

ANC 88

Pasta Fev/Dez 85

022

Plebiscito em 86 pode legitimar Constituinte

Uma proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte por meio de plebiscito nacional, realizado paralelamente à eleição de 15 de novembro de 1986, com os eleitores conferindo diretamente os poderes constituintes originários ao Congresso que estará sendo eleito, pode vir a prosperar no Governo nas próximas semanas.

Apresentada pelo deputado João Gilberto (PMDB/RS) ao então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, em julho do ano passado, a sugestão foi inserida no programa de contribuição do PMDB à Nova República, mas não conseguiu avançar em outros segmentos da sociedade. Agora, começa a ganhar a adesão de alguns setores do Governo.

Quando João Gilberto enviou sua proposta a Tancredo Neves, obteve, como resposta, um telegrama de agradecimentos pela contribuição e a promessa de que o governador mineiro, na condição de candidato do PMDB à Presidência da República, cogitaria sobre

o assunto, dentro de "um estudo do problema da renovação constitucional". Através da frase utilizada, Tancredo deixava evidente que ainda não cogitava de uma Constituinte, àquela época.

Posteriormente, quando a Constituinte passou a ser uma das bandeiras levantadas por Tancredo Neves — já na condição de candidato do PMDB à sucessão do presidente Figueiredo —, a questão da forma de convocação constituiu alvo de inúmeras especulações. O plebiscito, proposto inicialmente por João Gilberto foi, então, incluído no documento que o PMDB apresentava a Tancredo Neves em janeiro deste ano, como proposta do partido, em diversos setores, ao Governo da Nova República.

O PMDB propôs, nesse documento, três alternativas para a convocação da Constituinte: a convocação na própria reforma provisória da Constituição (a remoção do entulho autoritário); por ato legislativo normal (lei ou decreto legislativo); ou por plebiscito nacional realizado pa-

ralelamente à eleição de 86, com os eleitores conferindo diretamente poderes constituintes originários ao Congresso que estará sendo eleito.

O documento conclui que a melhor dessas três formas de convocação é o plebiscito: "A atribuição de poderes constituintes diretamente pelos eleitores é a melhor". Mais adiante, verifica-se que essa hipótese atende aos pressupostos da legitimidade.

O deputado João Gilberto, que também é o relator da Comissão Interpartidária que trabalha na reforma eleitoral e partidária, lembrou ontem, satisfeito, que a idéia tem sido cogitada por alguns setores do Governo, "de pouco tempo para cá". O novo assessor especial do presidente José Sarney, Célio Borja, é a favor de um plebiscito nacional para legitimar a Constituinte. O consultor jurídico do Ministério da Justiça, Marcelo Cerqueira, também trabalha na mesma linha. Para João Gilberto, esta seria a melhor forma de se legitimar a Constituinte.